UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

EMILY CAROLINE SOARES COSTA

PAPÉIS DE GÊNERO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Salvador
2023

EMILY CAROLINE SOARES COSTA

PAPÉIS DE GÊNERO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Tavares.

Salvador
2023

À Célia
e todas as suas versões

RESUMO

O trabalho em questão busca analisar a dinâmica de gênero a fim de entender como os padrões sexuais são transmitidos no processo de socialização, bem como suas implicações e origens. Dessa forma, pode-se dizer que o trabalho tem por objetivo analisar como os diferentes processos de socialização entre homens e mulheres influenciam na reprodução da violência contra a mulher, além de identificar os mecanismos de transmissão dos papéis de gênero e sua relação com a violência perpetuada dentro do patriarcado, entendendo tais elementos como funções sistêmicas deste. Em suma, compreendendo a importância do debate a respeito da condição da mulher na sociedade, o trabalho visa evidenciar os mecanismos violentos milenarmente utilizados contra as mulheres.

Palavras-chave: patriarcado; violência; gênero.

ABSTRACT

This work aims to analyze gender dynamics in order to understand how sexual patterns are transmitted in the socialization process, as well as their implications and origins. Thus, it can be said that the work aims to analyze how the different processes of socialization between men and women influence the reproduction of violence against women, in addition to identifying the mechanisms of transmission of gender roles and their relationship to violence perpetuated within patriarchy, understanding such elements as systemic functions of patriarchy. In short, understanding the importance of the debate about the condition of women in society, the paper aims to highlight the millennially violent mechanisms used against women.

Keywords: patriarchy; violence; gender.

EMILY CAROLINE SOARES COSTA

PAPÉIS DE GÊNERO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Orientadora: Márcia Tavares.

Salvador, ___ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINDORA

_____
Professora Doutora Márcia Tavares
Universidade Federal da Bahia

_____
Professora Doutora Valéria Noronha
Universidade Federal da Bahia

_____
Professora Doutora Josimara Delgado
Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Idade.....27
Gráfico 2 – Raça.....28
Gráfico 3 – Estado civil.....29
Gráfico 4 – Religião.....30
Gráfico 5 – Orientação sexual.....31
Gráfico 6 – Atributos que uma mulher deveria ter.....32
Gráfico 7 – Atributos que um homem deveria ter.....33
Gráfico 8 – Valores ensinados ao longo da vida.....34
Gráfico 9 – Desejo de ter filhos.....35
Gráfico 10 – Sonhos e ambições.....36
Gráfico 11 – Entendimento sobre violência contra a mulher.....37
Gráfico 12 – Conhece alguma mulher que sofreu violência?.....38
Gráfico 13 – Reação ao saber de um ato de violência contra a mulher.....39
Gráfico 14 – Conhece algum agressor?.....40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8
2 A CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO.....11
2.1 SOCIALIZAÇÃO.....15
2.2 “É MENINO OU MENINA?”.....18
3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....25
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....27
CONCLUSÃO.....41
REFERÊNCIAS.....44

INTRODUÇÃO

Durante todo o percurso acadêmico, a condição da mulher na sociedade sempre tomou a minha atenção, especialmente no tocante às relações afetivo-sexuais. Percebendo uma constante e frequente padronização das queixas acerca dos relacionamentos e das “microviolências” sofridas por amigas, familiares ou conhecidas em relacionamentos com homens, passei a tentar entender o lugar da violência contra a mulher na sociedade e a sua relação com o que se apreende desde a infância sobre “ser mulher” e “ser homem”.

Minha avó, já no final de sua vida, quando indagada sobre sua jornada enquanto dona de casa e mãe de 12 filhos, confessou, sem filtros e em tom jocoso: “Na próxima vida eu venho lésbica, para não ter que passar por tudo que passei”. Ainda que dita sem grande compromisso com a realidade, tal frase me gerou diversos questionamentos e me impulsionou a entender o lugar da heterossexualidade no patriarcado e também a sua relação com a violência contra a mulher; o porquê de aprendermos o que aprendemos desde tão cedo.

A hierarquia sexual é um forte marcador das relações entre homens e mulheres, especialmente de classe popular, concentrando, dessa forma, uma discussão abrangente a respeito dos elementos condicionantes da socialização.

Os papéis de gênero moldam o comportamento dos indivíduos, sendo um marco na socialização das mulheres e dos homens. A forma como os indivíduos se relacionam e vivenciam suas sexualidades associa-se à maneira como experienciam as relações sociais e também aos lugares em que isso ocorre.

A heterossexualidade como uma norma social será tratada ao longo do texto levando em consideração que a violência contra a mulher em sua forma direta – seja psicológica, sexual ou física – é praticada em grande parte das vezes por seus parceiros, conforme dados de relatório da OMS conduzido em parceria com a *London School Of Hygiene and Tropical Medicine* e com o *Medical Research* (OPAS, 2021). Além disso, de acordo com o mesmo estudo, que reproduziu estimativas globais sobre os índices de violência contra a mulher, 38% de todos os assassinatos de mulheres são cometidos por seus parceiros. Dessa maneira, pretende-se analisar também de que forma a heterossexualidade, difundida no processo de socialização e estimulada

a partir dos papéis de gênero, se relaciona com a manutenção do patriarcado e a perpetuação da violência contra a mulher.

Os papéis sexuais, aqui didaticamente sendo referidos como papéis de gênero, desde o nascimento, possuem uma função fundamental na perpetuação da estrutura da classe sexual dominante (patriarcado), como será tratado nos seguintes capítulos. À mulher é atribuída a capacidade de amar incondicionalmente; ao homem, a estimulação sexual precoce. À mulher direcionam os afazeres domésticos como prática obrigatória inerente à sua condição, que virão a sustentar, mais tarde, o modelo de constituição familiar baseado em subalternidade; ao homem, a independência e as atividades relacionadas à divisão sócio-técnica/constituição do trabalho (os carrinhos, os jogos de Lego ou os brinquedos que estimulam, de maneira geral, o intelecto).

> A menina se transforma em mulher guiada pelo modelo hierarquizado de submissão feminina assimilado no convívio familiar, no qual sua virgindade simboliza honra, moral a ser preservada e, caso "perdida", somente é redimida através de um homem, com o qual forma uma família e a quem deve obediência e respeito. De menina a mulher, de pai a marido, a dominação se reproduz, resignação e medo se irmanam (TAVARES, 2010, p. 131)

O debate de gênero tem se tornado uma ferramenta importante no processo de construção e desconstrução de valores, condutas e posicionamentos. Apesar de a Lei Maria da Penha, por exemplo, caracterizar as formas mais "subjetivas" de abuso enquanto violência, como a patrimonial e a psicológica, ainda existe uma dificuldade na identificação de violências "não físicas" por parte da sociedade, realidade que vem mudando com a ampliação das discussões. Visando contribuir com o debate, nesta pesquisa se busca traçar uma correlação entre o condicionamento social, a construção dos papéis de gênero e a subalternidade afetiva na reprodução da violência contra a mulher.

Assim, no primeiro capítulo, discute-se o surgimento do patriarcado, remontando às primeiras configurações societárias. Em seguida, busca-se analisar os elementos da socialização, entendendo como esses ocorrem para, então, discutir de que forma os papéis de gênero são transmitidos na socialização. Por fim, discute-se a violência contra a mulher, a fim de entender como ela se relaciona com os demais elementos discutidos ao longo do texto. A pesquisa, enfim, elucida esses aspectos e nos fornece algumas evidências das temáticas trabalhadas.

Aplicar, também, a perspectiva de gênero no Serviço Social é de caráter urgente, visto a necessidade de ampliar os instrumentos de atuação de assistentes sociais para além da questão de classe. Ademais, considerando que a categoria profissional é formada majoritariamente por mulheres e que estas estão inseridas na lógica hegemônica capitalista de produção – que não deixa de se apropriar do sistema patriarcal para sua manutenção –, já está em tempo de o Serviço Social se aprofundar nas questões de gênero, bem como abarcá-las e apropriá-las em sua atuação profissional.

A despeito do que aprendemos ainda na infância, ser o colo do mundo nunca foi uma orientação ou condição biológica, mas sim uma determinação social que mantém as mulheres à sombra de seus próprios sonhos e criações. Nesses moldes, mulher alguma encontra colo de volta. Portanto, identificar os processos e configurações das amarras históricas é tomar posse do acolhimento, ou, ainda, tornar visível as feridas para criar a possibilidade de estancá-las.

2 A CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO

Homens e mulheres interagem entre si, dispõem de inúmeras características e especificidades físicas, químicas, culturais, psicológicas, que se estabelecem e se modificam à medida que as relações são constituídas. Ou seja, a partir da interação e da troca entre os indivíduos, as relações sociais vão se estabelecendo e se complexificando. Desse processo, surgem as diversas camadas e estruturas sociais, inclusive de dominação X subordinação de um grupo para com o outro. Sobre a relação homem/mulher, pode-se dizer que:

> A dominação masculina está presente no interior do mundo doméstico e, baseada na diferença biológica entre os sexos, manifesta-se por meio das relações de gênero, aqui entendidas como relações de poder construídas historicamente, por meio de uma hierarquia/antagonismo de gênero, caracterizada por uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública como privada (TAVARES, 2010, p. 123)

Utilizando-se do método científico, a partir de conjuntos de regras e sistematização, é possível alcançar o conhecimento acerca do objeto de estudo. Nesse sentido, buscando uma definição objetiva do que se pretende estudar, este capítulo tratará do conceito e origem do patriarcado, bem como as definições da categoria mulher, a fim de compreender suas relações e origens.

Os seres humanos existem há mais de 2 milhões de anos, e, durante esse período, as mais diversas configurações sociais acompanharam o processo evolutivo da espécie até o momento atual. Por muito tempo, os seres humanos se alimentaram a partir da coleta de frutos, frutas e a captura de animais de pequeno porte como peixes, aves etc. A força física não era requerida como atributo para sobrevivência, mas sim o coletivismo e o senso de cooperação. As relações entre os homens e mulheres não era marcada pela hierarquização de poder. Ainda sem dominar a agricultura e com ferramentas rudimentares, os povos antigos eram exclusivamente nômades, pois, assim que os recursos de um local se esgotavam, eram obrigados a partir para outra região.

> No período Paleolítico (500.000 a.C. a 1.000 a.C.), o homem ainda não conhecia a agricultura e a domesticação de animais e a subsistência era garantida com a coleta de frutos e raízes [...]. A escassez de alimentos e a hostilidade do meio ambiente obrigavam os grupos humanos a viver como nômades. A migração de animais e seres humanos também foi estimulada

> pelas profundas mudanças climáticas e ambientais que aconteceram naquele período. Assim, os homens primitivos foram ocupando as diversas regiões do globo. Enquanto andavam de um lugar para outro, foram percebendo que as sementes que caíam sobre a terra multiplicavam suas colheitas em poucos meses. Tornaram-se agricultores e, com isso, trocaram a vida nômade pela vida em pequenas aldeias. (RECINE; RADAELLI, 2002, p. 5).

Nesse sentido, o surgimento da agricultura modifica completamente as configurações das relações entre os seres humanos. Isso porque, ao dominar as técnicas de plantio e arado, os indivíduos, antes nômades, agora não mais necessitam de constantes migrações, estabelecendo as bases para as primeiras comunidades. Com ferramentas mais sofisticadas e partindo para a caça dos animais de grande porte, a força física já se constitui como essencial, e a supremacia masculina caminha os seus primeiros passos.

Agora fixados em um local, dominando e explorando a natureza, mas ainda com recursos escassos, inicia-se a disputa pelo território e alimento. Diante dos primeiros formatos de propriedade privada, os indivíduos garantem sua defesa e sobrevivência a partir do agrupamento com outros indivíduos e disputam com outros agrupamentos os alimentos disponíveis. O homem, então, passa a explorar a capacidade reprodutiva da mulher para garantir a manutenção do seu espaço ou propriedade privada, já que mais indivíduos num grupo significaria a garantia de comida e sobrevivência.

> As ferramentas neolíticas eram relativamente simples, então qualquer um poderia fabricá-las. Terras não eram recursos escassos. Assim, nem ferramentas nem terras representavam oportunidades para apropriação. Mas, em uma situação na qual condições ecológicas e irregularidades na reprodução biológica ameaçavam a sobrevivência do grupo, as pessoas procuravam mais reprodutores — ou seja, mulheres. A apropriação de homens, tais como prisioneiros (o que ocorre apenas em estágio posterior), não supriria as necessidades de sobrevivência do grupo. Portanto, a primeira apropriação de propriedade privada é a apropriação do trabalho de mulheres como reprodutoras. (LERNER, 2019, p. 109).

As mulheres foram os primeiros seres humanos a serem escravizados. Com a evolução e complexificação desses agrupamentos, as invasões e guerras tornando-se frequentes, as mulheres tornaram-se moeda de troca entre os grupos, sendo, inclusive, frequentemente poupadas da morte para, mais tarde, servirem a propósitos reprodutivos. Afinal, como já dito, mais pessoas significaria mais alimento e mais chance de sobrevivência. Formam-se as primeiras cidades, em seguida os Estados e

Impérios, até as configurações societárias complexas como são conhecidas atualmente.

A institucionalização da supremacia masculina – ou a opressão patriarcal – se inicia a partir do surgimento das leis e do matrimônio. O casamento monogâmico seria a garantia de descendentes e da transmissão da linhagem genética masculina. Fez-se necessário o processo de desumanização da mulher a partir das configurações de subalternização, ou seja, os papéis de gênero, a feminilização etc. As religiões, nesse sentido, em especial o cristianismo, também exerceram um papel fundamental na construção desse imaginário opressor, justificando, assim, o rebaixamento da mulher perante o homem. Mitos sobre a criação do mundo, antes sob perspectivas centradas em divindades femininas que "gestaram" o mundo, agora trazem simbologias masculinas e atribuem a criação a um deus do sexo masculino.

> Nos grupos matricêntricos, as formas de associação entre homens e mulheres não incluíam nem a transmissão do poder nem a da herança, por isso a liberdade em termos sexuais era maior. Por outro lado, quase não existia guerra, pois não havia pressão populacional pela conquista de novos territórios [...] A partir do segundo milênio a. C., contudo, raramente se registram mitos em que a divindade primária seja mulher. Em muitos deles, estas são substituídas por um deus macho que cria o mundo a partir de si mesmo, tais como os mitos persa, meda e, principalmente e acima de todos, o nosso mito cristão. (MURARO, 2020, p. 6-9).

Também por meio da religião, deu-se um sentido à união do matrimônio e à subordinação da mulher. Segundo o cristianismo, por exemplo, a mulher foi criada a partir da costela de Adão. De sagrada, passou a pecadora. Inúmeras mulheres foram assassinadas pela Igreja no período conhecido como Idade Média para fins de controle de sua sexualidade. Não era interessante para o sistema vigente que as mulheres, que, àquela altura, dominavam conhecimentos sobre ervas para as mais distintas finalidades e inclusive repartiam esse conhecimento com outras mulheres, reuniam-se e curavam-se, empregavam métodos contraceptivos e até abortivos, desenvolvessem tais habilidades. Era necessário impor o controle sobre sua expansão, o controle através do terror, atribuindo ao mal quaisquer práticas vinculadas à natureza e às simbologias antes apreciadas e exaltadas nas culturas matrilineares.

> De agora em diante, poder, competitividade, conhecimento, controle, manipulação, abstração e violência vêm juntos. O amor, a integração com o meio ambiente e com as próprias emoções são os elementos mais

> desestabilizadores da ordem vigente. Por isso é preciso precaver-se de todas as maneiras contra a mulher, impedi-la de interferir nos processos decisórios, fazer com que ela introjete uma ideologia que a convença de sua própria inferioridade em relação ao homem. E não espanta que na própria Bíblia encontremos o primeiro indício desta desigualdade entre homens e mulheres. Quando Deus cria o homem, Ele o cria só e apenas depois tira a companheira da costela deste. Em outras palavras: o primeiro homem dá à luz (pare) a primeira mulher. Da época em que foi escrito o Gênesis até os nossos dias, isto é, de alguns milênios para cá, essa narrativa básica da nossa cultura patriarcal tem servido ininterruptamente para manter a mulher em seu devido lugar. E, aliás, com muita eficiência. A partir desse texto, a mulher é vista como a tentadora do homem, aquela que perturba a sua relação com a transcendência e também aquela que conflitua as relações entre os homens. Ela é ligada à natureza, à carne, ao sexo e ao prazer, domínios que têm de ser rigorosamente normatizados (MURARO, 2020, p.12).

Para fins de defesa da propriedade privada nos tempos modernos, as constantes guerras e barbáries representavam uma ameaça concreta à espécie, portanto, um grande pacto é firmado para garantir a segurança civilizatória oferecida por um Estado. Teóricos contratualistas explicam a criação desse Estado a partir da ideia de um *estado de natureza*, em que a liberdade individual dos seres passa a ameaçar a sobrevivência da espécie, tendo em vista a indistinção entre os direitos e deveres. Dessa forma, os indivíduos renunciam a suas liberdades individuais a partir do chamado contrato social, garantindo que leis e acordos sejam cumpridos dentro de uma condição de *liberdade civil* (HOBBES, 1983) que, por vias de regra, é a própria institucionalização do patriarcado, tendo em vista que tal liberdade depende exclusivamente da igualdade entre as partes e, nesse caso, a fraternidade masculina não inclui as mulheres.

> O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e dominação [...]. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal [...]. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993 p. 16)

Segundo a autora Carole Pateman (1993), as mulheres não nascem livres, portanto, não participam desse contrato. Sendo assim, o contrato social é um contrato sexual de liberdade e submissão. A esfera privada, sendo também uma esfera política, evidencia que o “contrato” do casamento é a única garantia das mulheres ao acesso e à participação na sociedade civil, através do homem. A coerção masculina, desta vez, ocorre por meio da exclusão aos mecanismos políticos e sociais. Para a garantia de acesso aos direitos políticos, a mulher precisa se submeter ao contrato matrimonial.

> As mulheres foram forçadas a participar desse suposto contrato. Os costumes sociais destituíram as mulheres da oportunidade de ganharem seu próprio sustento, de modo que o casamento era a sua única chance para elas terem uma vida decente. O “contrato” de casamento era exatamente como o contrato que senhores de escravo das índias Ocidentais impunham a seus escravos; o casamento não era nada mais do que a lei do mais forte, aplicada pelos homens em detrimento dos interesses das mulheres, mais fracas. [...]Tornar-se um “marido” é obter o direito patriarcal em relação à esposa. Seu direito diminuiu bastante atualmente em relação ao amplo poder que ele desfrutava em 1825, mas mesmo se um homem não tirar proveito da lei do sexo masculino, sua posição de marido reflete a institucionalização dessa lei dentro do casamento. O poder ainda está lá, mesmo se, num caso específico, ele não for utilizado. (PATEMAN, 1993, p. 236)

Apesar de nos depararmos com novas configurações sociais, a coerção masculina ainda permanece institucionalizada através dessa configuração matrimonial, agora em outros moldes. Apesar do avanço em relação a direitos básicos, as mulheres ainda recebem proporcionalmente menos em relação aos homens; são doutrinadas para a maternidade compulsória, que evidencia o caráter imprescindível do homem nas suas vidas; são violentadas sistemática e sexualmente desde a infância para que recorram ao casamento como forma de proteção social.

Em suma, pode-se observar através dos registros histórico-sociais que a mulher, sendo um ser humano do sexo feminino, é explorada por sua condição biológica imutável, e o mecanismo social pelo qual ocorre tal opressão é o gênero, sendo este o produto de uma construção social baseada num sistema de crenças e valores. Ao longo da história, pode-se observar a construção dos elementos de subordinação e entender que a evolução do capitalismo se deu concomitantemente à sofisticação do patriarcado e seus mecanismos de dominação.

2.1 SOCIALIZAÇÃO

Cada indivíduo ocupa um papel social na sociedade de acordo com características que possui, sejam essas características biológicas, culturais ou econômicas, e que refletem a estrutura macrossocial. Além disso, a personalidade é moldada a partir de escolhas e gostos, conscientes ou não, que o indivíduo apresenta, sendo este o resultado da imersão social que ocorre desde o nascimento.

A socialização é o processo pelo qual o indivíduo apreende posições sociais, comportamentos, ações e gostos, bem como a forma como se relaciona a partir disso, seus reflexos e efeitos nas interações. É um processo contínuo pelo qual o indivíduo

se integra à sociedade, iniciando-se ainda na infância e percorrendo toda a vida, visto a capacidade humana de absorver e internalizar ações. A dialética compreende tal relação como uma troca em que o indivíduo, ao mesmo tempo em que fornece uma impressão aos demais, também internaliza a impressão dos outros. Em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade. O processo de interiorização apresenta-se como um dos pontos iniciais do processo de socialização, sendo a maneira de interpretar ou apreender, de forma imediata, um acontecimento objetivo, dando um significado a ele (BERGER e LUCKMAN, 2014).

Os autores Berger e Luckman (2014) também pontuam distinções importantes no processo de socialização. A socialização primária seria, ainda na infância, a apreensão inicial por parte do indivíduo de tais processos, tornando-se, assim, membro da sociedade. A socialização secundária, por sua vez, seria a própria introdução do indivíduo socializado nos seus papéis sociais. Ainda de acordo com Berger e Luckmann (2014), a socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros, do particular para o geral, ou seja, ela passa a compreender atitudes individuais como sendo da sociedade, de outros.

> A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. Por meio desta identificação com os outros significativos a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. Em outras palavras, a personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos. Este processo não é unilateral nem mecanicista. Implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a autoidentificação, entre a identidade subjetivamente apropriada. A dialética, que está presente em cada momento em que o indivíduo se identifica com os outros para ele significativos, é, por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade. A criança aprende que é aquilo que é chamada. Todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. (BERGER; LUCKMAN, 2014, p. 176)

Outros autores, como Giddens (2008), acrescentam que o indivíduo simbioticamente se relaciona com a sociedade de forma a se tornar, também, agente da ação. Dessa forma, o sujeito é atravessado por diferentes agentes de socialização, ao passo que também é um agente socializador. Logo, em cada fase de socialização, pode-se encontrar diferentes agentes socializadores. No processo de socialização

primária, por exemplo, quando se apreende os primeiros símbolos e representações sociais, bem como a comunicação, a interação e o comportamento, os principais agentes responsáveis são membros da família ou da comunidade. Estes direcionam o aprendizado e fornecem as primeiras ferramentas que a criança utilizará para descobrir e entender o mundo. É nesse período, também, que a criança observa e já absorve o ambiente em que vive, podendo notar expressões de afeto, ódio e tristeza. A ela já são fornecidos elementos marcadores de papéis sociais e sexuais, como, por exemplo, sendo uma criança do sexo feminino, são-lhe dadas as bonecas e as roupas cor-de-rosa, as fitas e os laços na cabeça, o violento primeiro furo na orelha etc.

Já no processo de socialização secundária, o indivíduo tem contato mais intenso com a sociedade para além de seu seio familiar. Logo, outros agentes socializadores apresentam-se e, principalmente através do ambiente escolar ou de trabalho, dos amigos e de referências midiáticas, ele apreende novas impressões.

Atribuem-se símbolos às características identificadas no outro sujeito e em si mesmo, embora esses símbolos não necessariamente definam ou representem objetivamente o sujeito. Assim sendo, um ser humano com características biológicas atribuídas cientificamente ao sexo feminino, ou seja, com estruturas anatômicas, hormonais, cromossômicas e genitais femininas, é marcado e representado socialmente como mulher. Com o inverso, também é verdade: um ser humano com características biológicas atribuídas ao sexo masculino é marcado socialmente como homem.

As representações sociais dialogam exclusivamente com a materialidade das coisas, sendo impraticável discutir a representação social de algo que não se configura no plano material. A célebre frase da autora Simone de Beauvoir nos fornece uma análise sobre como a materialidade do sexo biológico torna-se um instrumento a partir do qual a sociedade determinará os papéis sexuais. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Nesse sentido, não há uma justificativa biológica para a subalternidade feminina, o que existe é a socialização da prática e o entendimento de que tais atributos devem ser considerados subalternos.

Dessa forma, a representação do que uma mulher deve ser é construída socialmente, e não biologicamente. Com isso, a autora constata que o conjunto de práticas sociais, normas, representações, comportamentos e determinações direcionadas para os indivíduos que nasceram com o sexo feminino constituem a

categoria mulher. Não o aspecto biológico, determinante, mas sim o que a sociedade criou como representação a partir de tal aspecto biológico: os papéis sexuais.

> Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferençada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1967 , p. 9).

Dessa forma, a socialização é o espaço-tempo em que os papéis de gênero, aqui entendidos como representações do que se espera de indivíduos do sexo feminino e masculino, se manifestam. É durante o processo de socialização que o indivíduo apreende como deverá se comportar, vestir, falar e do que deverá gostar de acordo com o seu gênero. São introduzidos brinquedos, roupas, contos, representações de figuras e ações que reafirmam e fortalecem a necessidade de agir conforme o esperado dentro de seu gênero, conforme será discutido no próximo tópico.

2.2 “É MENINO OU MENINA?”

A construção da identidade social, iniciando-se ainda na infância, abrange os processos cognitivos que se relacionam com a apreensão de modelos e padrões preestabelecidos na sociedade a partir de ideologias dominantes. O indivíduo torna-se um Ser Social dada a sua existência, assimilação e interação com os demais seres; as informações, condutas e divisões sociais (gênero, raça, classe), portanto, permeiam essa troca, que pode se firmar mesmo antes do nascimento. Direcionando a análise para a esfera de gênero, a configuração histórica das relações entre os sexos é caracterizada por uma dinâmica de reprodução de diferenças, a partir de uma ressignificação das diferenças biológicas enquanto marcadores da constituição do processo de dominação. Conforme Lavinas (1997):

> [...] O caráter relacional da categoria gênero – pois refere-se às relações entre os sexos, relações estas com historicidade própria, logo, relações mutantes, recorrentemente reconfiguradas, que não se afirmam sempre da mesma maneira e cuja dinâmica informa sobre a

> re-produção das diferenças – não pode ser entendido como pressuposto a complementaridade entre o feminino e o masculino. Essa é uma visão dominante da heterossexualidade imposta a partir da funcionalidade biológica da anatomia dos corpos de homens e mulheres, sedimentando um certo modelo familiar. O caráter relacional diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais ou exclusão. Isso significa que todo indivíduo é sexuado e que é nessa condição irredutível que virá a situar-se no mundo, ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivenciais, lugares, interesses. (LAVINAS, 1997, p. 16).

Dentre o processo de apreensão e desenvolvimento do Ser Social, destaca-se a construção dos papéis de gênero e a afirmação de uma divisão social, partindo da premissa da diferenciação sexual. Assim, antes mesmo de seu nascimento, a criança já é conduzida à ocupação de seu papel sexual, isto é, a representação social baseada em seu sexo biológico. Não à toa, ao longo da gestação, há uma grande ansiedade em torno do sexo do bebê, pois é baseando-se em tal “diagnóstico” médico que os responsáveis pelo cuidado daquela futura criança começarão o rito de iniciação a socialização.

O gênero é a ferramenta de opressão utilizada pelo patriarcado para conduzir mulheres à submissão, sendo determinado pelo sexo biológico. Dessa forma, na ocasião em que se nasce uma pessoa do sexo feminino, os valores e representações culturais que lhe são passados a conduzem para uma performance deste “feminino”, do que a sociedade patriarcal determina que se deve constituir uma mulher. O gênero é como uma caixinha que comporta todos os atributos e aspectos estereotipados do que se espera daquele ser, baseando-se em um sistema fortemente opressivo e desigual. Nesses aspectos, pode-se incluir a feminilidade e a masculinidade, aqui entendidos como papéis representativos direcionados obrigatoriamente à mulher e ao homem. A feminilidade/masculinidade é um modus operandi da socialização que é imposta ao homem e à mulher. De acordo com Thompson (2001):

> Nesse sentido, a masculinidade não é apenas uma característica de personalidade de pessoas do sexo masculino. É um fenômeno social, um sistema de significados e valores estruturados em torno das relações de e com o pênis, um sistema que as mulheres podem abraçar tão bem quanto os homens. Refere-se aos modos de ser um homem em condições de supremacia masculina. [...] É um fenômeno moral e político e, portanto, resistível. [...] A feminilidade não é o ‘outro’ da masculinidade; é um subconjunto dele. A feminilidade existe para reforçar a masculinidade. É o vestígio residual de ‘humanidade’ que é permitido às mulheres, para que os

> homens possam continuar a se definir às custas das mulheres (THOMPSON, 2001, p. 46, tradução nossa).

Como dito anteriormente, uma criança do sexo feminino, ainda em seus primeiros meses de vida, tem sua orelha furada com o anseio social do desenvolvimento de sua feminilidade. Os seus brinquedos costumam ser cor-de-rosa, assim como suas roupas. Sua cabeça é enfeitada com tiaras e laços e, conforme cresce, são-lhe ofertados brinquedos como fogão, bebê, panelas, princesas e príncipes, maquiagens e bonecas com corpos que não se assemelham de forma alguma aos corpos reais. Já um menino é estimulado a brincar com miniaturas de soldados, armas, carros e videogames.

Esses são apenas alguns exemplos da transmissão de mensagem simbólica que ocorre na infância: meninas devem ser delicadas, saber cozinhar, precisam cultuar a beleza, devem querer um filho, passar toda a sua vida procurando um príncipe, pois só assim conseguirão encontrar a felicidade; meninos, no entanto, devem ser fortes e corajosos, pois eles representam o bom senso, o poder e a bravura. No dia a dia, aprendem como devem se portar também através de contos, histórias, desenhos animados e valores diretamente ensinados pelos responsáveis e, a partir de certa idade, principalmente através dos meios midiáticos e o ambiente escolar. Espera-se que a menina se comporte de forma recatada, dócil, vaidosa, amorosa e dependente; espera-se, dos meninos, que estes se comportem de forma mais racional e independente, aprimorando sempre sua intelectualidade e força.

Guacira Louro (2010) reforça que meninas, meninos, jovens, mulheres e homens aprendem a repetir gestos, movimentos, apreendem determinadas habilidades e sentidos, ao mesmo tempo em que são moldados para reagir, responder, respeitar ou contestar determinados comportamentos, formas de pensar e agir. Do mesmo modo, a sua socialização os induz a transitarem por espaços sociais distintos, incorporarem características que os distinguem uns dos outros, naturalizando o binarismo (masculino/feminino) que inscreve suas posições e lugares na sociedade.

Scott (1995), ao refletir sobre o gênero como uma importante categoria de análise, nos ajuda a compreender os elementos a partir dos quais o gênero é produzido e reproduzido, ao argumentar que: 1) há um conjunto de significados infiltrados por símbolos culturais (oposições binárias como pureza vs. sujeira; Virgem Maria vs. Eva); 2) conceitos normativos que lhes conferem legitimidade, desde leis a

doutrinas, ou estudos científicos que nada têm de neutros; 3) institucionalidades diversas como, por exemplo, a Família, a Escola, o Estado e a Religião, que são responsáveis pela reprodução de valores; 4) identidades subjetivas sexuadas que aprendemos e, de tanto encenarmos, naturalizam-se e passam a contribuir para legitimar a dominação de um sexo sobre outro, as relações assimétricas entre homens e mulheres e as desigualdades sociais (raça/etnia, classe social, geração, orientação sexual etc.).

Louro (2010) pondera ainda que:

> Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (LOURO, 2010, p. 28).

O culto ao casamento e à família também se insere nessa dinâmica de transmissão de valores, e está relacionado à necessidade de reafirmação da lógica heterossexual. Através do roubo de sua própria humanidade, cria-se, na menina, um enorme buraco existencial que só poderá ser preenchido com o amor e aceitação de um homem. O “felizes para sempre”, não por acaso, torna-se um clássico reproduzido nos mais variados contos de fada. A felicidade, então, depende desse encontro entre o homem (o príncipe, o guerreiro) e a mulher (princesa, vulnerável).

As crianças são naturalmente observadoras e, por isso, tendem a reproduzir comportamentos visualizados em seu ambiente de convívio. É na interpretação e na reprodução desses símbolos que a criança começa a visualizar sutilmente a diferenciação de gênero: ela pode vir a perceber que a mãe quase sempre é a responsável pela comida e pela limpeza da casa, ou que o pai não se envolve muito nas tarefas do dia a dia; que o pai tem pelos pelo corpo e rosto, já a sua mãe não. Esses contextos, então, são normalizados e interpretados como naturais e comuns.

Desde a infância, as mulheres são convidadas ao local da maternidade por todas as mensagens simbólicas e pela reprodução de comportamentos observados em seu convívio, inclusive na observação das próprias mães. A maternidade abrange um conjunto de expectativas sociais quase heroicas sobre uma única pessoa. Além disso, ela é compulsória, pois é um caminho extremamente enfatizado e apontado para as mulheres. A sociedade espera que mulheres, em algum momento de suas

vidas, sejam mães. Ademais, espera-se que a mãe seja uma figura inabalável e esteja sempre disposta a negar a própria existência em prol da prole.

> Essa leitura já foi denunciada desde a década de 1940 na obra de Beauvoir (1980), que aponta que a maternidade é possivelmente o instrumento mais eficaz da subjugação feminina, visto que esse não se fazia através da violência explícita e sim pelo convencimento de que o melhor que a mulher podia fazer era ser mãe. Logo, a maternidade é um discurso que naturaliza a própria violência na qual se baseia, o que se explicita na repressão e rechaço às posições críticas à maternidade e às resistências. O Estado cumpre um papel fundamental para institucionalizar o caráter compulsório da maternidade. O tabu que cerca o aborto, por exemplo, é um fenômeno sociológico centrado na obrigatoriedade da maternidade, na moral social que, além da culpa cristã, submete as mulheres que subvertem a principal norma do seu gênero à penalização jurídica (Beauvoir, 1980). [...] A maternidade é uma instituição que nos antecede e para qual a sociedade nos molda. Por mais que não se tenha vivido a maternidade ela é estranhamente próxima, mesmo quando a negamos; ao mesmo tempo que ela impõe uma hierarquia entre as mulheres: não ser mãe é estar a margem de um conjunto de atribuições, preocupações, prazeres e compromissos que a tal experiência implica. Nesse sentido, corpos femininos são socialmente lidos como mães em potencial, mesmo que não desejem a maternidade. É uma posição paradoxal: mesmo recusando a maternidade, as mulheres continuam sendo definidas por ela, ou pela sua ausência. (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 61-62)

A pressão da maternidade recai em um outro fator interessante de se observar: a diferença crucial na relação de tratamento familiar de um sexo para o outro. Há uma tendência à infantilização do homem adulto, pois há o entendimento, baseado na pressão para que isto ocorra, de que as mulheres amadurecem mais cedo do que os homens e, por isso, muitas vezes suas questões são negligenciadas ou minimizadas no seio familiar. Já os homens, por sua vez, são agraciados com compreensão, perdão, paciência e amor. Além disso, é comum observar mães divorciadas que devotam suas vidas ao agrado e à subserviência ao filho homem, projetando o medo do abandono masculino novamente. Ao mesmo tempo, observa-se que, comumente, essa mesma experiência de agrado e subserviência não ocorre com filhas mulheres. Ao contrário, muitas vezes estas se tornam a válvula de escape das frustrações e dores maternas, pois são vistas como iguais, como o espelho das mães.

As instituições de ensino, depois do núcleo familiar, apresentam-se como os principais meios de transmissão de valores e de reprodução da dinâmica da desigualdade sexual:

> As meninas aprendem a se sentar de pernas fechadas, os meninos a se sujar, as meninas aprendem que são meigas, carinhosas e princesas e os meninos,

> que são espoletas, durões e garanhões. Esse processo de ensino e aprendizagem de como ser menino e menina é definitivamente reforçado pela escola, que pode ser apontada como a grande (re)produtora, como instituição normativa que é, em todos os seus níveis, do sexismo e dos papéis de gênero, do que é socialmente considerado adequado e possível para um homem e para uma mulher, os modos adequados e possíveis de ser, agir, pensar, decidir, enfim, viver. (LIMA et al., 2017, p. 36)

A escola, então, torna-se um ensaio para a vida social adulta. É o local de reprodução das vivências e observações familiares. O menino que é estimulado a exercer sua masculinidade, por exemplo, a partir de um comportamento mais hostil ou mesmo arrogante, pode exercê-lo de forma a assumir um personagem brigão, esnobe – que, mais tarde, irá se configurar como parte de si. Observando as representações da mulher na sua família ou através da mídia, o menino e a menina reproduzirão a dinâmica de comportamento ao qual se familiarizam, assumirão seus papéis guiando-se por referenciais próximos.

Nesse sentido, observa-se um padrão de vulnerabilidade entre as meninas que se alinha às expectativas geradas sobre elas ainda na infância. A feminilidade conduz a mulher ao local de vulnerabilidade pelo seu teor de subserviência. Aprende-se que deve falar manso, ser sempre gentil e educada, cuidar e zelar, aprende-se que sua opinião e suas ideias devem ser suprimidas, que o seu corpo não é o ideal. Em paralelo a isso, os meninos devem ser expansivos e criativos, independentes, brincalhões e ter um senso de autoestima razoável ou elevado. É na escola, pois, que ocorrerão os primeiros atos derivados dessa relação de subordinação do sexo feminino.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada no ano de 2019 com alunos da rede pública e privada a fim de identificar fatores de risco à saúde dos escolares do Brasil, 19% dos meninos afirmaram já ter vivenciado algum tipo de bullying, enquanto mais de 26% das meninas na pesquisa declararam já ter sofrido bullying. Com relação aos praticantes do bullying, o percentual para os meninos foi cerca de 15%, enquanto as meninas apresentaram um percentual de 9,5%. As meninas também são as que mais apresentaram autoimagem de sobrepeso, com 25,2%, enquanto os meninos apareceram com 15,9%. Quase 28% das meninas afirmaram algum tipo de tentativa de perda de peso. Com relação à violência sexual, identificou-se, também, que cerca de 3,7% dos meninos já sofreram algum tipo de abuso sexual, enquanto o percentual identificado entre as meninas foi de 8,8%.

A experiência escolar costuma ser particularmente dolorosa para muitas meninas e meninos que não se adéquam às expectativas dos papéis sexuais que lhes são impostos. Isso inclui, por exemplo, as expectativas relacionais e comportamentais heteronormativas – referentes aos padrões de comportamento esperados de um homem ou uma mulher, que automaticamente se associam à heterossexualidade.

A heterossexualidade é compulsória pois é por meio dela que o patriarcado permanece existindo – afinal de contas, a reprodução humana é o que garante a continuidade da sociedade. Trata-se, portanto, da sistematização do patriarcado. Nesse sentido, fugir desse padrão comportamental representa uma ameaça aos paradigmas e estruturas sociais.

Pode-se afirmar que o papel da socialização é a condução e manutenção de meninas e meninos ao status quo do patriarcado: subordinação e dominação. Para isso, conta-se com a participação das estruturas familiares e escolares, da Igreja e do Estado. Este, por sua vez, garante a legitimação da desigualdade entre sexos por meio, por exemplo, do Poder Judiciário, da ineficiência das políticas públicas voltadas à proteção da infância, da ausência de garantia de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres e mães ou, até mesmo, por meio da ausência de incentivo ao debate sobre educação sexual nas escolas.

Essa socialização, portanto, determina posições sociais desiguais que implicam diversos níveis de violência às mulheres. Como afirma Saffioti (2004), o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo, e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina.

Dessa forma, os diversos tipos de violência contra a mulher se sustentam nesse sistema de crenças e valores, pois a mulher, estando subordinada ao homem, também estará subordinada às expressões de sua masculinidade ressaltadas e estimuladas ainda na infância, tais como a virilidade, a força, a dominação e o controle. E, sendo a violência, para a mulher, coisa naturalizada desde a infância – a repressão, o controle de suas expressões e opiniões, a invalidação de seus sentimentos, o furo na orelha –, ela tenderá a naturalizar também as violências sofridas em sua relação cotidiana e afetiva na fase adulta.

3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A definição de violência normalmente compreende uma ação que se utiliza da força ou de meios agressivos. No entanto, nem todas as violências ocorrem de forma expressamente brutal ou hostil. Tratando-se de violência contra a mulher, a utilização da força representa a ponta do iceberg da opressão masculina, sendo essa força, muitas vezes, aplicada simbolicamente nas sutilezas cotidianas. São inúmeras as formas de violência que as mulheres se deparam ao longo da vida. No entanto, sejam institucionais ou simbólicas, físicas ou psicológicas, todas se relacionam com o processo socializatório do sistema patriarcal.

> Podemos dizer que a aprendizagem de gênero incorpora e normatiza nos agentes sociais mecanismos necessários para que os sistemas simbólicos cumpram sua função política na forma de imposições e legitimações da dominação. Esse tipo de violência pode desenvolver-se de forma muito sutil, porém constata-se que constitui uma forma de aniquilar o outro enquanto sujeito social. […] Assim, além de justificar e promover atitudes discriminatórias, serve para a manutenção de posições compreendidas tradicionalmente como masculinas em um contexto heterossexual. Essa continuidade reafirma que cabe ao masculino estar associado a valores como racionalidade, cultura, inteligência, capacidade para a vida pública, autonomia, mas também para a agressividade, predisposição natural a uma posição ativa nas relações sexuais, força, dominação; e a posição feminina como passiva, subserviente, irracional, emotiva, dependente, apta para a vida privada associada à maternidade, ao amor e ao serviço incondicional ao outro (homem e família). (BITTENCOURT, 2016, p. 41-42).

Os dados apontam para uma realidade brutal: segundo a pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado” (2010), realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos. Desse percentual total, estima-se que os parceiros/ex-parceiros são os responsáveis por 80% das agressões. Esse número pode triplicar se considerarmos os demais tipos de violência não reportados, como psicológica, sexual e patrimonial. Isso se dá, em partes, pelo total desconhecimento das estruturas que configuram a violência e das diferentes formas que ela pode vir a tomar. Em grande parte das vezes, porque não se reconhece outras formas de amar; porque a configuração do modelo de relação heteronormativo, historicamente, admite uma afetividade e sexualidade violentas, direcionando a mulher para a subalternidade mesmo dentro da esfera relacional íntima.

Além disso, os símbolos com os quais os indivíduos são familiarizados desde a infância refletem perspectivas desiguais que promovem violências simbólicas que

operam sutilmente a partir de uma correlação entre os envolvidos. Conforme afirma Bourdieu (1997), a violência simbólica é aquela que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer.

Dessa maneira, pode-se considerar que diversos tipos de violência contra a mulher ocorrem de tal forma que os sujeitos envolvidos sequer percebem que se trata, de fato, de uma violência. Por exemplo: a maternidade não deixa de ser uma violência simbólica, visto que é compulsória. Mulheres são direcionadas à maternidade e têm seu valor medido a partir de sua devoção às funções maternas e domésticas. Do mesmo modo, o cuidado doméstico atribuído exclusivamente à mulher, desde cedo, também se configura como uma violência simbólica, pois determina funções de cuidado e zelo obrigatoriamente à mulher, em função de uma concepção baseada nos estereótipos de feminilidade.

As violências estruturais, por sua vez, refletem a organização de estruturas como Igreja, Estado e Família em prol da manutenção do patriarcado. À Igreja, cabe o papel da construção e manutenção da moral cristã e patriarcal, de forma a justificar o sistema de dominação/subordinação como ordem divina, bem como introduzir os conceitos de medo, culpa, castigo e punição sob quaisquer hipóteses de fuga aos papéis sociais de sexo; ao Estado, cabem a punição à transgressão, a negação de direitos básicos da mulher, como os direitos reprodutivos, e a omissão e ineficiência judiciária no que diz respeito aos casos de violência sexual, violência doméstica etc.; à família, cabem a disciplina e o ensinamento dos papéis sociais de sexo.

Tais estruturas promovem violências observadas em diferentes aspectos. No âmbito do trabalho, a mulher frequentemente tem suas opiniões invalidadas e é considerada intelectualmente inferior ao homem. Não à toa, diversos segmentos ainda são ocupados majoritariamente por homens, vide áreas como Engenharia e Medicina, por exemplo. Além disso, observa-se que em algumas funções ainda há a distribuição salarial desigual entre homens e mulheres, bem como a prevalência masculina em cargos de chefia. Também se pode observar que as mulheres são frequentemente associadas às profissões de cuidado e zelo ou mesmo àquelas que remetem a características relacionadas à feminilidade, como paciência, docilidade, empatia, organização etc. Pode-se considerar essas realidades violências, pois, dessa forma, as mulheres mantêm-se subordinadas economicamente aos homens, tendo em vista que os salários mais bem pagos são ocupados frequentemente por homens.

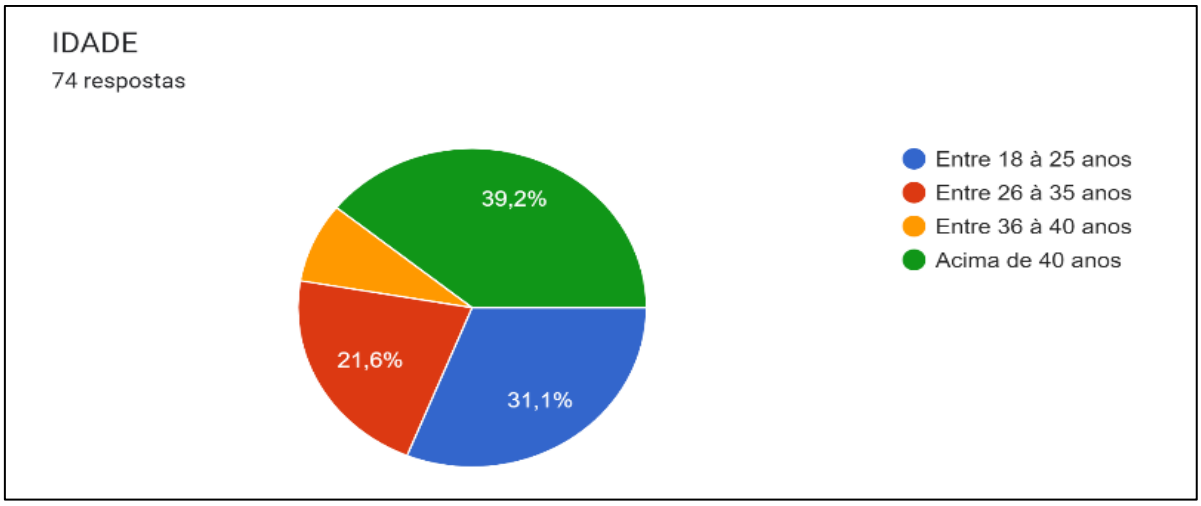
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A etapa relativa aos procedimentos metodológicos tem como objetivo aprimorar a discussão do trabalho sob um viés de análise dos dados, utilizando as respostas obtidas através de uma pesquisa empírica. Nesse sentido, a metodologia utilizada consistiu na aplicação de um formulário eletrônico aplicado através da plataforma Google Forms, divulgado amplamente em redes sociais como, WhatsApp e Facebook, tendo em vista a facilidade, a praticidade e o largo alcance. Dessa forma, o público-alvo também foi misto. Tratando-se de um tema com várias nuances e complexidades e considerando que muitas pessoas poderiam sentir-se mais confortáveis respondendo às perguntas de forma anônima e sem a presença de uma mediação, a escolha pelo formulário virtual também teve como ponto positivo a possibilidade de abranger múltiplas pessoas de distintos ciclos sociais. O formulário possui 15 perguntas, incluindo 3 de múltipla escolha.

A seleção dos respondentes se deu de forma aleatória, mobilizando diversos contatos via redes sociais, de diferentes ciclos sociais, desde familiares próximos a estudantes universitários.

Dessa maneira, responderam à pesquisa um total de 74 pessoas. Com relação ao gênero (masculino, feminino ou outros), obteve-se os seguintes dados: 33 homens, 40 mulheres e apenas uma pessoa autoidentificada como não binária. Quanto à faixa etária, apresentamos 4 opções de marcação, sendo 1: entre 18 a 25 anos; 2: entre 26 a 35 anos; 3: entre 36 a 40 anos; 4: acima de 40 anos.

Gráfico 1 – Idade

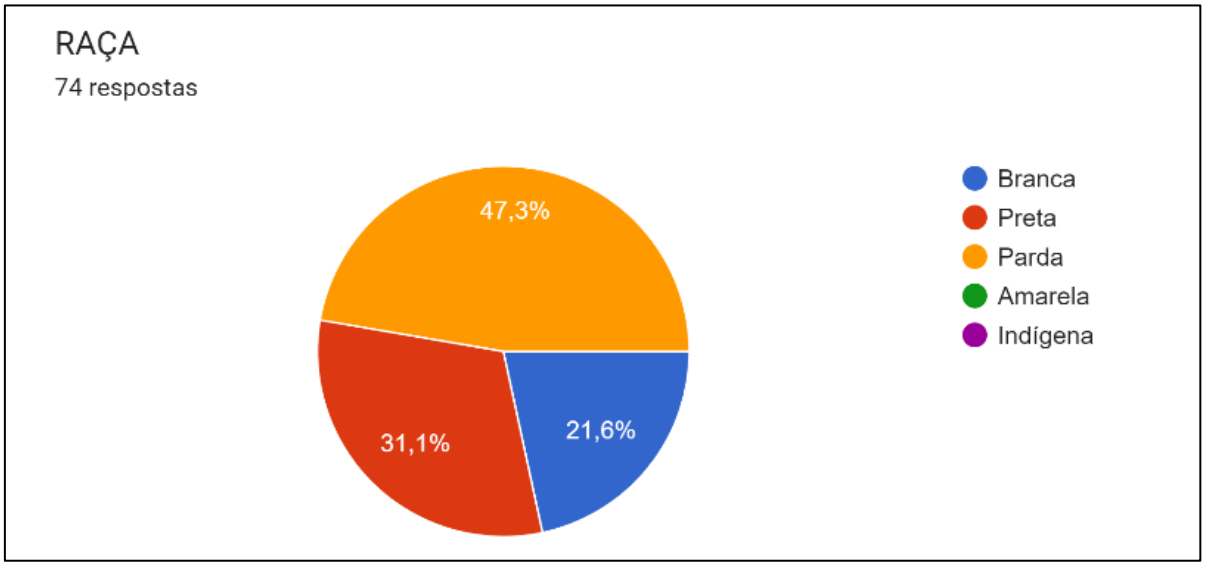


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dos participantes, 29 pessoas estão na faixa acima de 40 anos (39,2%); 23 pessoas correspondem à faixa entre 18 a 25 anos (31,1%); 16 pessoas na faixa entre 26 a 35 anos (21,6%); 6 pessoas na faixa entre os 36 a 40 anos (8,1%).

Em termos de raça (branca, preta, parda, amarela ou indígena), tivemos os seguintes dados:

Gráfico 2 – Raça



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

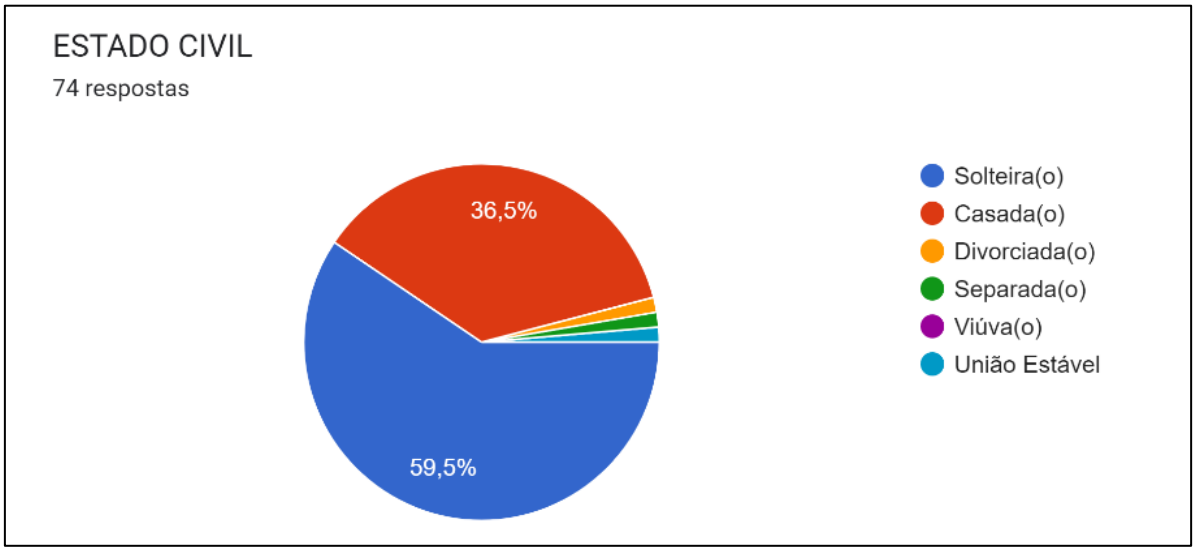
Identificaram-se como “parda(o)” um total de 35 participantes (47,3%), como “preta(o)” identificaram-se 23 participantes (31,1%) e como “branca(o) um total de 16 participantes (21,6%).

Aqui vale lembrar que, de acordo com a própria classificação do IBGE, categoriza-se como “negros” a população autodeclarada preta e parda. Assim, a pesquisa teve um maior número de participantes negros – vale lembrar que Salvador é considerada a cidade mais negra fora do continente africano. Nesse sentido, o pesquisador em diversidade racial do IBGE, José Luiz Petruccelli, afirma que esse agrupamento de pardos e pretos em um grupo de negros ocorre devido à presença menor de pretos no Brasil. Além disso, representantes de entidades do movimento negro ressaltam a resistência e dificuldade que muitos enfrentam na autoidentificação e entendimento enquanto pertencente à cor preta.

> De acordo com o pesquisador do IBGE, a presença de pretos é menor no Brasil, por isso existe a tendência em reunir pardos e pretos em um grupo de negros. Ele diz que apenas para as pesquisas o termo não se aplica, mas que na convivência social é válido agrupar as duas nomenclaturas. Para o representante da Unegro, ocorre também a resistência em assumir a cor preta e muitos preferem ser incluídos na lista dos pardos – que seria uma forma intermediária. “A identidade do negro é muito maior, por isso defendemos a utilização desse termo”. (PORTAL GELEDÉS, 2013).

Com relação ao Estado Civil, apresentamos como opções de resposta: solteira, casada, divorciada, separada, viúva e outros. A seguir o gráfico:

Gráfico 3 – Estado civil

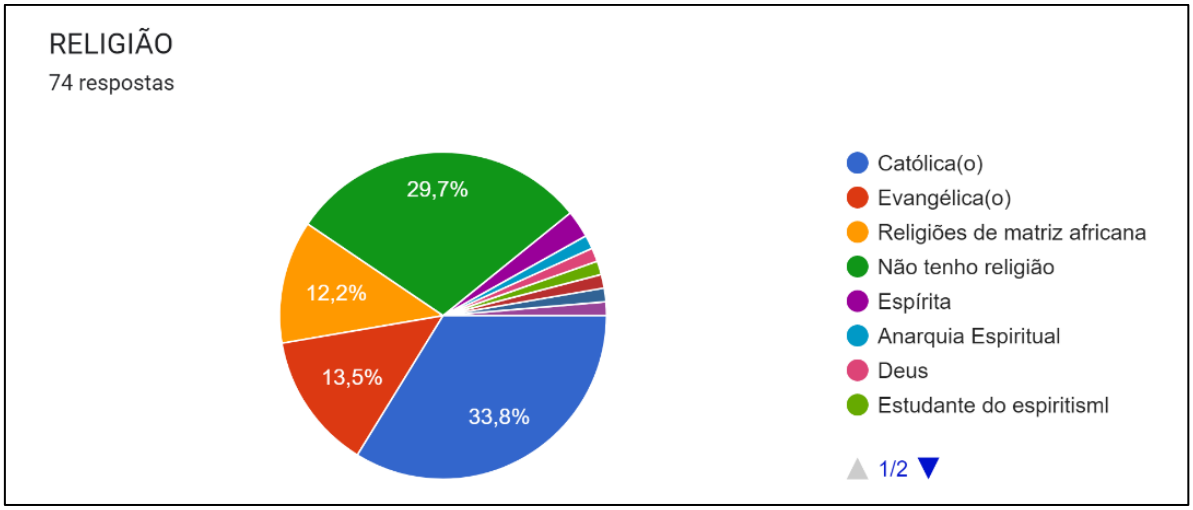


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dos participantes, 44 pessoas selecionaram solteira(o) (59,5%); 27 pessoas marcaram a opção casada(o) (36,5%); 1 pessoa marcou divorciada (1,4%); 1 pessoa se declarou separada (1,4%) e 1 pessoa selecionou a opção “outros” e informou estar em união estável (1,4%).

Quanto ao aspecto religião, colocamos como opção de resposta: católica, evangélica, religiões de matriz africana, não possui religião e outros. Pôde-se observar os seguintes dados:

Gráfico 4 – Religião



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

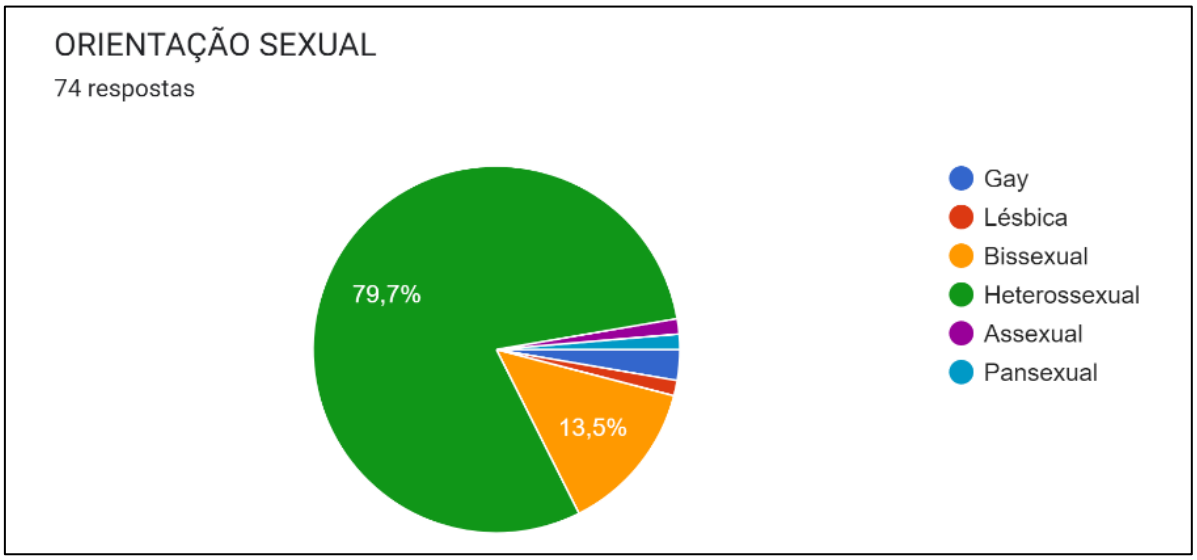
Um total de 25 pessoas declararam ser da religião católica (33,8%); 22 pessoas marcaram a opção “Não tenho religião” (29,7%); 10 pessoas marcaram a opção “Evangélica(o)” (13,5%); 9 pessoas selecionaram a opção “Religiões de matriz africana” (12,2%); 8 pessoas selecionaram a opção “outros”, incluindo respostas como “Espírita”, “Anarquia Espiritual”, “Deus”, “Ateu” e “Umbanda”. As respostas redundantes foram adicionadas ao rol compatível com a opção informada.

Nesse aspecto, pode-se ressaltar a influência que as religiões possuem no que diz respeito à manutenção dos sistemas de opressão como patriarcado e racismo, muitas vezes reforçando condições de abuso dentro do casamento, por exemplo, sob a premissa do matrimônio como uma constituição maior. Acerca disso, pode-se destacar a influência do processo de colonização na prática e no entendimento da religiosidade no Brasil, bem como a pluralidade, sincretismo e popularidade que ocorreu, por exemplo, com o catolicismo no país.

> É bem verdade que o campo religioso brasileiro é dominado pela matriz do cristianismo, uma vez que notamos que catolicismo e protestantismo abarcam 90% dos brasileiros afiliados a alguma religião em nosso país. [...] A vinculação entre o cristianismo e a população brasileira tem raízes históricas profundas. Trazido pelos portugueses, o catolicismo sempre esteve intimamente vinculado à cultura e identidade brasileiras e passou por um processo de expansão e consolidação a partir da segunda metade do século XIX, com a revitalização do catolicismo na Europa, que influenciou o crescimento de novas práticas religiosas e devoções no Brasil, que matizaram definitivamente o catolicismo brasileiro. (SOUSA, 2013, p. 285).

Com relação à orientação sexual (gay, lésbica, bissexual, heterossexual e outros), os dados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 5 – Orientação sexual



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dos participantes, 59 pessoas declararam a opção “Heterossexual” (79,7%); 10 pessoas marcaram a opção “Bissexual” (13,5%); 1 pessoa declarou-se “Lésbica” (1,4%); 2 pessoas marcaram a opção “Gay” (2,7%); na opção “Outros”, obteve-se: 1 pessoa declarou-se assexual (1,4%) e 1 pessoa declarou-se pansexual (1,4%).

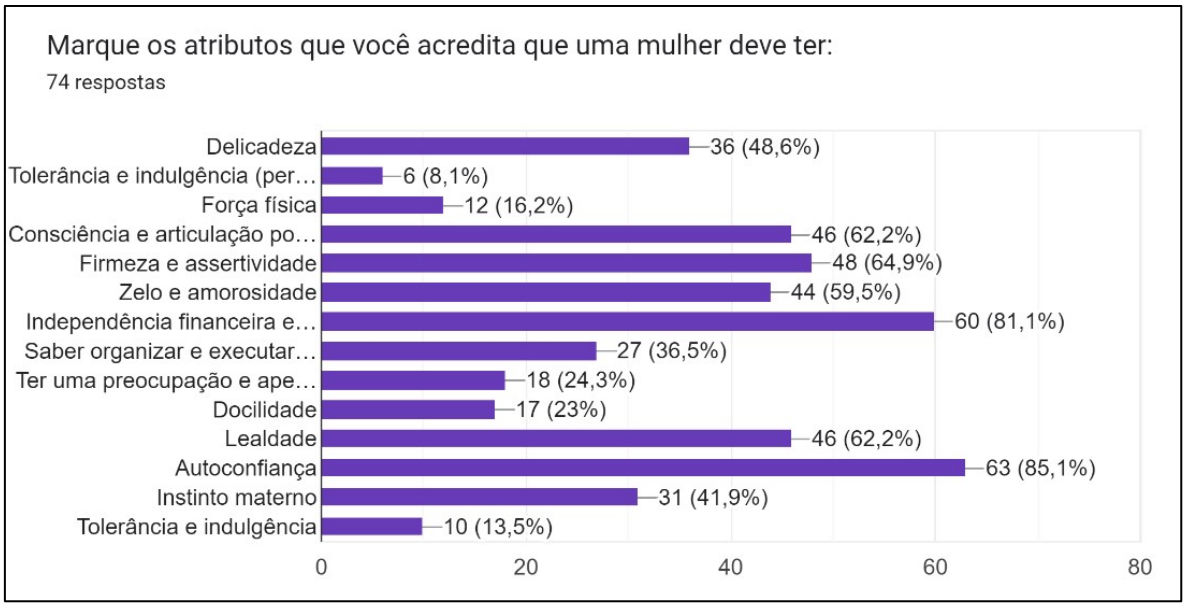
Sobre esse ponto, é interessante observar a tendência normativa da heterossexualidade na sociedade. Embora o formulário tenha alcançado um número significativo de pessoas de distintos meios sociais, a grande maioria se identificou como heterossexual. Cabe lembrar também que, conforme discutido extensivamente ao longo do trabalho, para além de tão somente uma preferência sexual, a heterossexualidade funciona como uma norma e padrão de vida social que abrange até mesmo aspectos como modo de pensar, de se portar ou de se vestir. Nesse sentido, a identificação com a orientação heterossexual também perpassa pela identificação social ou, pelo menos, pela validação dos aspectos que se relacionam com a heterossexualidade. Sendo um padrão, ela está inserida em todos os nichos e grupos sociais. Assim, evidencia-se a porcentagem das respostas encontradas. Cassal, Garcia e Bicalho, reportando-se a Bozon, explicam:

> Bozon (2004) afirma que a maior parte das culturas traduziu a diferença entre os sexos (masculino-pênis e feminino-vagina) em uma linguagem binária e hierarquizada, sendo apenas um dos termos valorizado. Assim, o pensamento simbólico (que atribui significado, valora e hierarquiza) justifica a supremacia do homem, pois está apoiado nessa lógica binária, de classificações dualistas, produzindo um sistema geral de oposições tanto para os corpos quanto para todas as outras coisas do mundo. O autor coloca que, no Brasil de hoje, ainda que o objetivo de reproduzir não ocupe mais o lugar principal, todo o comportamento sexual é percebido a partir das categorias de atividade e passividade, associadas respectivamente ao masculino e ao feminino. (CASSAL; GARCIA; BICALHO, 2011, p. 468).

Atualmente, graças à luta de grupos de minorias como gays, lésbicas e bissexuais, é possível observar uma maior visibilidade às inúmeras possibilidades relacionais e afetivas, ainda que haja um longo caminho a se trilhar.

Quanto às questões com temas mais específicos e respostas de múltipla escolha, indagamos sobre possíveis atributos que uma mulher e um homem devem ter: delicadeza, tolerância e indulgência, força física, consciência e articulação política, firmeza e assertividade, zelo e amorosidade, independência financeira e emocional, saber organizar e executar bem as tarefas domésticas, ter uma preocupação e apelo com a aparência física, docilidade, lealdade, autoconfiança e instinto materno/paterno. Abaixo, os gráficos com as informações:

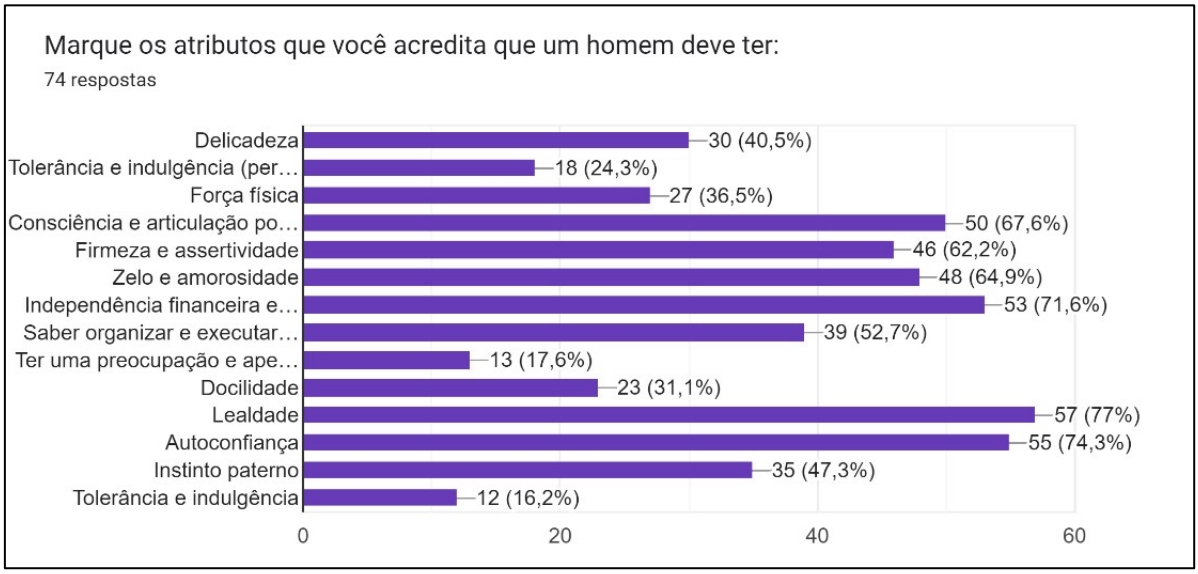
Gráfico 6 – Atributos que uma mulher deveria ter



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Agora, a mesma pergunta, com o foco nos atributos creditados a um homem:

Gráfico 7 – Atributos que um homem deveria ter



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Um fato em particular interessante de se observar ao longo desta pesquisa, especialmente nessa pergunta, é a movimentação dos gráficos tendo em vista o fator de gênero dos respondentes. Ao passo que o formulário era respondido por mulheres em maior número, o gráfico dessas duas questões se manteve da seguinte forma: aspectos como delicadeza, zelo e amorosidade, lealdade, instinto paterno, saber organizar e executar bem tarefas domésticas e ter uma preocupação com a aparência e saúde eram mais indicados como atributos necessários em homens. De igual forma, à medida que o quantitativo de homens ia aumentando, esses aspectos foram mais indicados como atributos necessários em mulheres.

Pode-se dizer, nesse caso, com base nas discussões suscitadas ao longo do trabalho, orientando-se a exemplo de autoras como Tavares (2010) e Saffioti (2004), que as respostas dadas pelas mulheres podem evidenciar uma ausência – ou um desejo de que os homens desenvolvam tais atributos –, enquanto as respostas dos homens podem evidenciar a reafirmação do lugar que as mulheres devem ocupar, considerando a subalternidade.

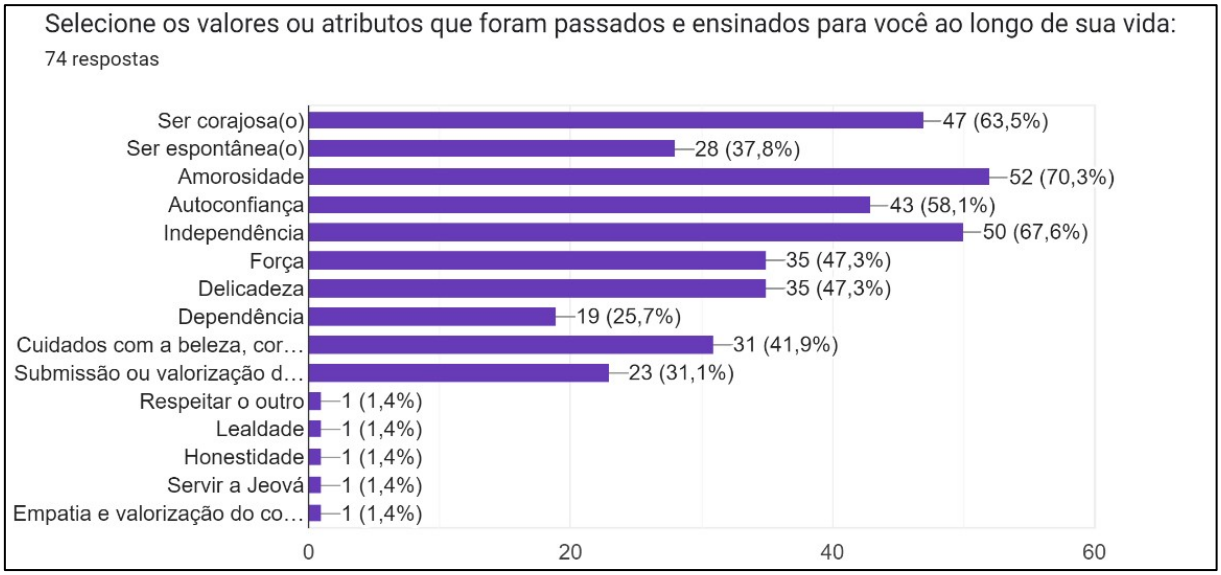
Pode-se pontuar, também, que a independência financeira e emocional foi um atributo selecionado indistintamente como necessário para uma mulher. Reflete aqui a tendência global da modernização e da incorporação de mulheres no mercado de

trabalho. Desde então, grande parte das mulheres passaram a ter duas jornadas de trabalho, considerando o trabalho doméstico não remunerado e o cuidado com os filhos e, frequentemente, com o cônjuge. Nesse sentido, a independência financeira surge como uma máxima, já que agora as mulheres compõem amplamente a classe trabalhadora.

No entanto, é importante reafirmar que os homens ainda ganham proporcionalmente mais do que as mulheres, inclusive em cargos de chefia, como aponta o estudo intitulado “Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do PNAD Contínua de 2018. De acordo com os dados obtidos, embora as mulheres representassem 45,3% da força de trabalho, ganhavam 79,5% do total do salário pago aos homens. O levantamento também indicou que, em termos de nível de instrução, em 2018, 18,4% dos homens ocupados tinham o ensino superior, em comparação com o percentual de 22,8% de mulheres. Nesse sentido, percebe-se como a independência financeira da mulher está condicionada a fatores sociais limitantes.

Ademais, nossa pesquisa questionou quais foram os valores transmitidos ao longo do processo socializatório. Observou-se:

Gráfico 8 – Valores ensinados ao longo da vida

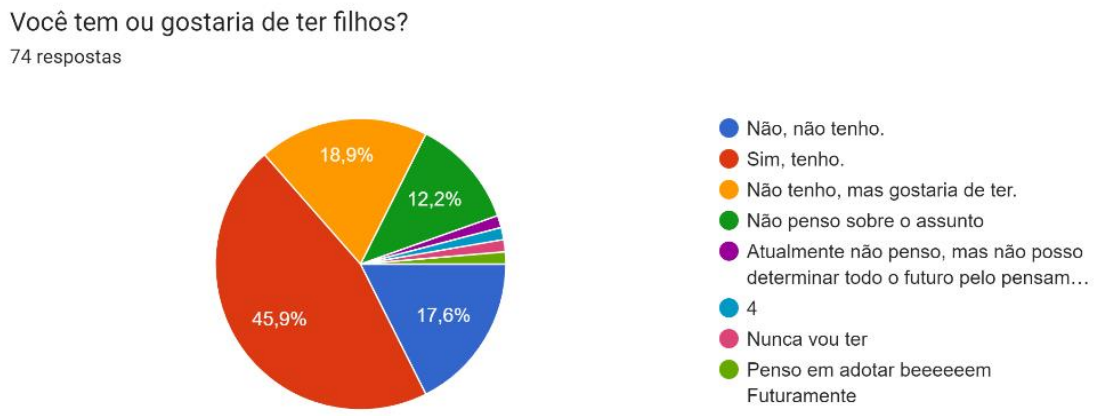


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essa questão foi pensada com o objetivo de constatar os aspectos valorizados e repassados culturalmente pela sociedade e/ou pelo núcleo familiar. Nesse caso, observa-se que a maior parte dos participantes se identifica com os atributos descritos como amorosidade, coragem, independência, autoconfiança, delicadeza e força. Outros aspectos como dependência, cuidados com a beleza (corpo e saúde) e submissão ou valorização da opinião alheia também foram bastante indicados. Pode-se pensar de que maneira esses atributos manifestam-se no dia a dia e se essa identificação realmente condiz com o comportamento da população, considerando os índices de violência, suicídio, transtornos relacionados à aparência, ansiedade social etc.

Na pergunta seguinte, com relação ao desejo de ter filhos, foram obtidos os seguintes dados:

Gráfico 9 – Desejo de ter filhos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dos participantes totais, 34 pessoas marcaram a opção “Sim, tenho” (45,9%); 14 pessoas marcaram a opção “Não tenho, mas gostaria de ter” (18,9%); 13 pessoas marcaram a opção “Não, não tenho” (17,6%); 9 pessoas marcaram a opção “Não penso sobre o assunto” (12,2%); o campo “Outros” obteve um total de 4 marcações com respostas consideradas redundantes como “Nunca vou ter”, “Penso em adotar” e “4”.

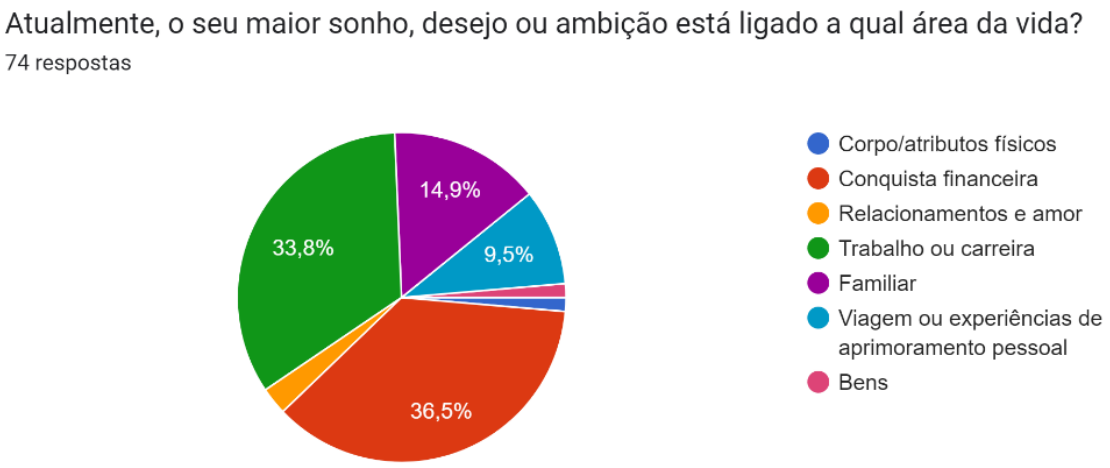
Esse é um ponto importante, pois reflete os processos de transmissão de valores. Como pensam os pais/mães das futuras crianças? E de que maneira esses pais/mães foram criados? Nesta pesquisa, a maior parte dos respondentes possuem

filhos. A maneira como pensam e vivenciam a vida determina o modelo de criação de seus filhos, que farão parte da próxima geração.

Nossa sociedade ainda tem como principal modelo a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Todavia, isso não significa que não haja espaço para outras configurações, a exemplo de casais sem filhos, famílias monoparentais, recompostas, extensas ou mesmo domicílios unipessoais.

Com relação ao sonho ou à ambição de vida, houve os seguintes dados:

Gráfico 10 – Sonhos e ambições



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

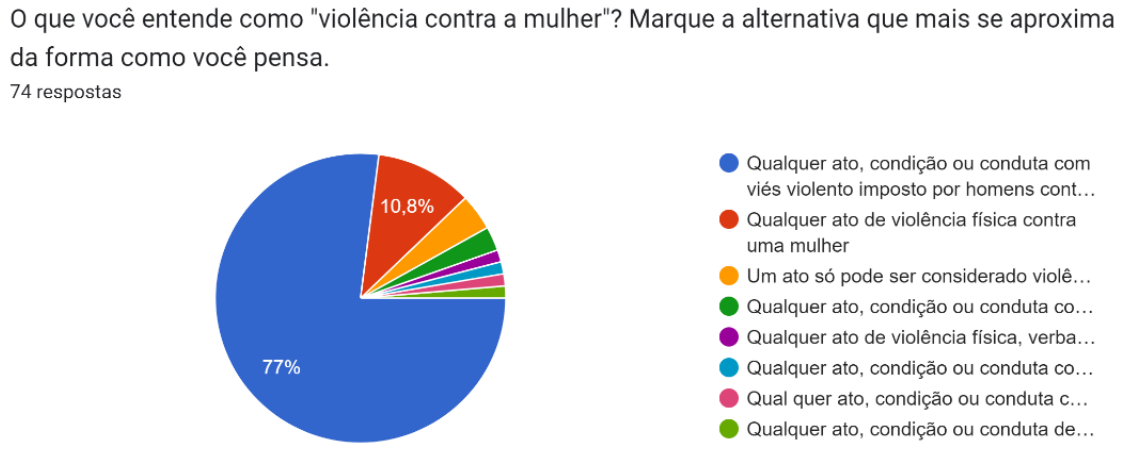
Um total de 27 participantes declararam como sendo “Conquista financeira” (36,5%); 25 pessoas declararam “Trabalho ou carreira” (33,8%); 11 pessoas marcaram a opção “Familiar” (14,9%); 7 pessoas marcaram “Viagem ou experiências de aprimoramento pessoal” (9,5%); 2 pessoas selecionaram o tópico “Relacionamentos e amor” (2,7%); 1 pessoa marcou “Atributos físicos/corpo” (1,4%); 1 pessoa selecionou a opção “Outros”, incluindo o tópico escolhido “Bens” (1,4%).

Nesse aspecto, pode-se observar que o fator econômico é considerado relevante para a maior parte dos respondentes, assim como o desenvolvimento do aspecto profissional. Isso pode manifestar-se principalmente pela realidade de desigualdade socioeconômica no país, como apontam dados do “Relatório sobre as Desigualdades Mundiais”, realizado pelo World Inequality Lab, e lançado no ano de 2021. De acordo com a pesquisa, o Brasil permanece como um dos países com maior

desigualdade social e de renda do mundo dentre os 100 países analisados. Essa é uma realidade que reflete a qualidade de vida das pessoas. Mulheres também encontram na independência financeira uma alternativa à submissão masculina, já que o acesso à renda permite uma relativa autonomia e liberdade às mulheres.

Com relação ao entendimento sobre violência contra a mulher, seguem os dados:

Gráfico 11 – Entendimento sobre violência contra a mulher



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Um total de 57 pessoas consideram a violência contra a mulher como sendo “Qualquer ato, condição ou conduta com viés violento imposto por homens contra as mulheres” (77%); 8 pessoas selecionaram a opção “Qualquer ato de violência física contra uma mulher” (10,8); 3 pessoas selecionaram a opção “Um ato só pode ser considerado violência quando a mulher se sente violentada” (4,1%); 5 pessoas selecionaram a opção “Outros” e incluíram as suas respostas. Dentre elas, 2 pessoas responderam o equivalente a “Qualquer ato, condição ou conduta com viés violento imposto contra as mulheres” (2,7%); 1 pessoa respondeu: “Qualquer ato de violência física, verbal ou patrimonial contra uma mulher” (1,4%); 3 pessoas responderam similarmente o equivalente a “Qualquer ato de violência física imposto tanto por homens quanto por mulheres contra as mulheres” (4,1%).

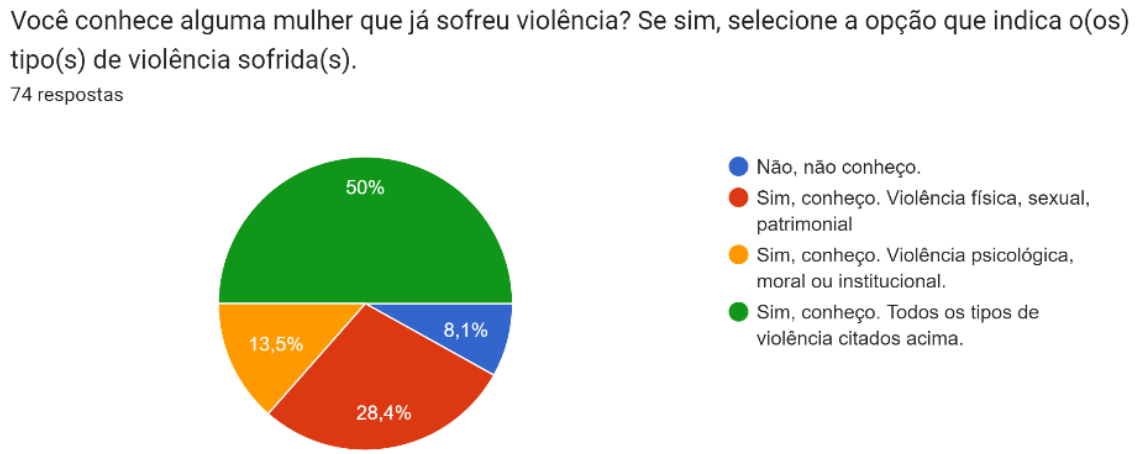
Aqui, a maior parte das pessoas compreende a definição de violência contra a mulher de forma parecida com a classificação da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a

Mulher, adotada pela OEA em 1994), isto é, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Algumas pessoas, no entanto, consideram apenas a violência física, menosprezando as demais modalidades. Isso reflete o senso comum, que credita como violação apenas a violência que se pode ver/atestar. Porém, sabe-se que a violência contra a mulher possui diversas camadas, sendo que muitas vezes os abusos iniciam-se com a violência psicológica. Na verdade, na maioria das vezes, as violências ocorrem de modo cruzado, como aponta o estudo Multipaíses (OMS, 2002) realizado no Brasil, em que 30% das mulheres que relataram ter sofrido violência física também sofriam violência sexual. Nesse contexto, o desconhecimento das configurações da violência “não física” perpetua um ciclo de manutenção de uma relação abusiva ou um padrão de abuso que, de acordo com o estudo, acarreta consequências psicossomáticas: doenças crônicas, depressão, abortos e distúrbios em geral.

Quando indagadas se conhecem alguma mulher que sofreu violência, as respondentes afirmaram que:

Gráfico 12 – Conhece alguma mulher que sofreu violência?



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

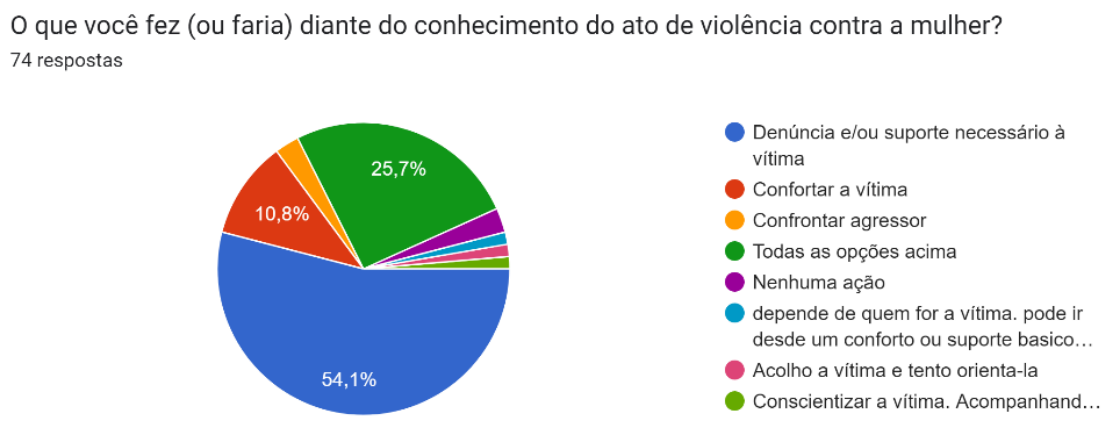
Nessa pergunta, um total de 37 pessoas responderam “Sim, conheço. Todos os tipos de violência citados” (50%); 21 pessoas responderam que “Sim, conheço. Violência física, sexual, patrimonial” (28,4%); 10 pessoas responderam “Sim,

conheço. Violência psicológica, moral ou institucional” (13,5%); 6 pessoas marcaram “Não, não conheço” (8,1%).

Isso aponta para o fato de que a realidade da violência contra a mulher é mais comum do que se pensa. A maior parte das pessoas conhece ou convive com mulheres vítimas de violência, isso quando não são os próprios agressores ou as vítimas. Estima-se que, somente no ano de 2022, 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de violência, como diz a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2023.

Indagadas se fizeram ou fariam alguma coisa frente a um ato de violência, as pessoas responderam o seguinte:

Gráfico 13 – Reação ao saber de um ato de violência contra a mulher



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

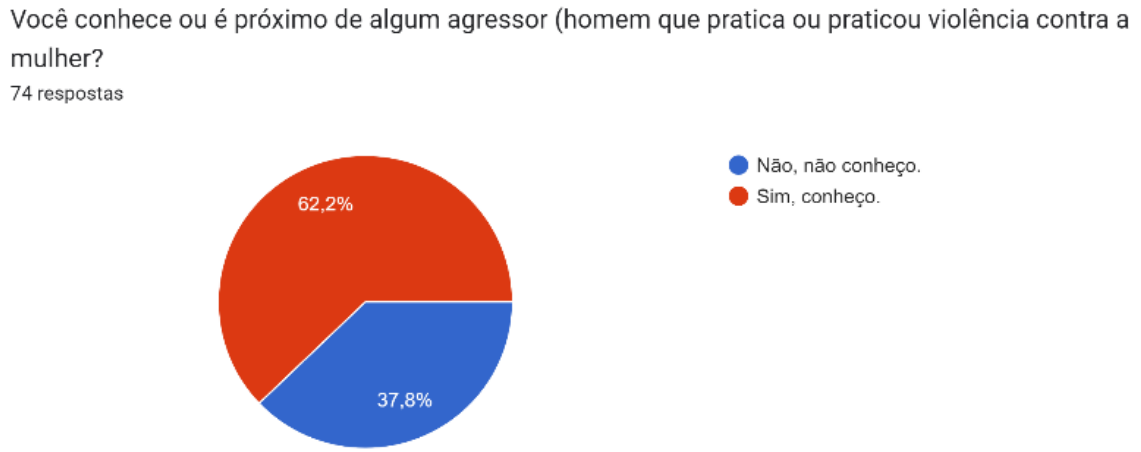
Para esse tópico, 40 participantes marcaram “Denúncia e/ou suporte necessário à vítima” (54,1%); 19 pessoas selecionaram “Todas as opções” (25,7%); 8 pessoas selecionaram a opção “Confortar a vítima” (10,8%); 2 pessoas marcaram a opção “Confrontar agressor” (2,7%); 2 pessoas selecionaram a opção “Nenhuma ação” (2,7%). 3 pessoas selecionaram a opção “Outros” (4,1%) incluindo as seguintes respostas: “Depende de quem for a vítima. Pode ir desde um conforto ou vingança”; “Acolho a vítima e tento orientá-la”; “Conscientizar a vítima. Acompanhando e apoiando a denúncia”.

Embora a maior parte das pessoas tenha relatado prestar denúncia ou suporte necessário à vítima, a realidade vivenciada pelas vítimas de violência não é exatamente essa. Observa-se, em grande parte dos registros midiáticos divulgados

na internet acerca de um momento de violência contra a mulher, que essa vítima não recebe apoio ou suporte no momento da agressão. Como exemplo, de acordo com a pesquisa “Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil”, realizada pelo Ibope em 2009, 55% dos entrevistados afirmaram conhecer casos de mulheres vítimas de agressão, mas apenas 39% deles disseram ter tomado alguma atitude. O velho ditado que diz que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” ainda é uma máxima nos dias de hoje. Quando se pressupõe que se trata de uma “briga de casal”, há uma tendência a recuar ou a se omitir diante da violência. Isso pode ser explicado pela concepção de que a mulher passa a ser propriedade do homem a partir do momento que formam um par/casal.

Na última pergunta, quando questionadas se conhecem ou têm proximidade com algum homem que cometa ou tenha praticado violência contra mulheres, as pessoas responderam o seguinte:

Gráfico 14 – Conhece algum agressor?



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico revela que 46 pessoas marcaram a opção “Sim, conheço” (62,2%), enquanto 28 pessoas selecionaram a opção “Não, não conheço” (37,8%).
Nesse ponto, é importante perceber que a conta não fecha quando se trata de vítimas de violência contra a mulher e agressores. Isso pode ser explicado também pela dificuldade do entendimento das violências não físicas como violações, já que essas violências são naturalizadas pela sociedade.

CONCLUSÃO

O trabalho em questão traçou um percurso de análise baseando-se na historicidade e materialidade da dinâmica social na qual as mulheres se encontram inseridas. Dessa maneira, propôs-se o destrinçar dos elementos e dos múltiplos fatores que dizem respeito aos efeitos da interação social entre homens e mulheres no contexto patriarcal.

Trazendo à tona o contexto histórico e social envolto no processo de constituição e institucionalização do patriarcado, que, por sua vez, se constitui por meio da dinâmica de socialização, também descrita neste trabalho, propôs-se estudar a forma como a socialização ocorre entre meninos e meninas, entendendo a maneira como os papéis de gênero se manifestam entre os indivíduos, seja na transmissão de valores e aprendizado ou na vida adulta.

O tema “Papéis de Gênero e a Reprodução da Violência Contra a Mulher” reflete os objetivos lançados, da investigação dos elementos relacionados aos papéis de gênero – como os estereótipos e as expectativas comportamentais – até a efetiva análise e visualização dos dados obtidos em entrevistas. Entendendo a popularidade do uso do termo com ressalvas, pois também pode recair no apagamento da materialidade como o fator de opressão da mulher – ou mesmo mascarar o patriarcado como o sistema opressor –, optou-se pela utilização do termo “papéis de gênero” de maneira a didatizar o entendimento sobre a forma como o patriarcado delega ao sexo feminino (fator biológico) a subalternidade, através dos elementos de opressão que representam a categoria “gênero” (fator social). Acerca disso, a autora Gerda Lerner (2019) sintetiza a ideia da diferença entre ambas aplicações:

> Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 2019, p.45)

Ao longo do texto, foram apontadas diversas formas de opressão direcionadas sistematicamente para as mulheres, desde a infância, que perpassam por aspectos comportamentais, como o modo de sentar, de falar, agir, brincar etc.; aspectos materiais, como padrões de beleza e vestimentas; aspectos emocionais e psicológicos, como o que se deve gostar, de como se deve gostar e o que esperar de

si mesma e da própria vida. Esses aspectos envolvem uma dinâmica de opressão e submissão, tendo em vista que são direcionados violentamente à mulher, como forma de servidão.

Na entrevista, a maioria dos participantes (77%) descreve como violência contra a mulher “qualquer ato, condição ou conduta com viés violento imposto por homens contra as mulheres”. No entanto, atributos relacionados a feminilidade e delicadeza ainda são fortemente considerados e indicados como atributos importantes para as mulheres. Ao passo que a violência contra a mulher parece ter algum nível de clareza em termos de definição, o mesmo não parece ocorrer quanto à sua origem. Daí a importância do percurso de análise deste trabalho, trazendo à tona os processos sociais que se relacionam com a violência contra a mulher, evidenciando as suas raízes e imbricações.

Além disso, outro ponto interessante é de que algo em comum e padronizado pode ser observado quando, em um grupo misto e diverso de 74 pessoas, 59 delas compartilham de uma mesma característica. Isso ocorreu com a resposta ao item “Orientação Sexual”, no qual 59 pessoas se identificaram como sendo heterossexuais. Ao longo do texto, pontua-se o domínio e normatização da sexualidade como mecanismo de manutenção do patriarcado. Isso ocorre partindo do pressuposto de que é preciso manter as mulheres condicionadas aos homens, seja amando, servindo, procriando, buscando incessantemente o seu amor etc. De mesmo modo, os homens precisam exercer o desígnio social patriarcal e, por meio da masculinidade, tomar o poder sobre a mulher. Logo, heterossexualidade evoca uma norma, um senso comum, uma direção a se seguir.

> A heterossexualidade feminina não é um impulso biológico ou uma atração erótica ou ligação de uma mulher, individualmente, por um outro animal que por acaso é um homem. A heterossexualidade feminina é uma realidade histórica concreta – um conjunto de instituições e práticas sociais definidas e reguladas por sistemas de parentescos patriarcais, pelas leis civis e religiosas, por costumes morais aplicados vigorosamente e por valores e tabus profundamente arraigados. Essas definições, regulações, valores e tabus são sobre fraternidade masculina e opressão e exploração das mulheres. Elas não são sobre calor humano, diversão, prazer, reconhecimento profundo entre pessoas. Se algum desses últimos surge dentro das fronteiras dessas instituições e práticas, é porque calor humano, diversão, prazer e reconhecimentos estão dentre as coisas que seres humanos são naturalmente capazes de ter, não porque a heterossexualidade é natural ou é uma premissa natural para tais benefícios. (FRYE, 2020).

A violência contra a mulher permeia diversas camadas e recortes sociais que se relacionam com os papéis de gênero, pois estes tratam da maneira de relacionar-se e de comportar-se dos homens e mulheres. Analisando as descrições do processo socializatório da mulher ao longo do trabalho, pode-se dizer que o próprio gênero se manifesta como sendo a reprodução da violência contra as mulheres, uma vez que a sua existência promove uma dinâmica de poder e submissão. Dessa forma, torna-se importante e necessária a discussão acerca das representações de gênero na sociedade por um viés que investigue a sua caracterização violenta enquanto ferramenta do patriarcado, tendo sido essa a abordagem chave do trabalho.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo II**: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Millet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BITTENCOURT, Luciana. **Gênero e mídia**: um olhar sobre a violência simbólica e a publicidade infantojuvenil. Orientadora: Nivia Valença Barros. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CASSAL, L. C. P.; GARCIA, A. M.; BICALHO, P. P. G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 4, p. 465-473, out./dez. 2011.

FRYE, M. **Você precisa ser lésbica para ser feminista?**. 2020. Disponível em: < Você precisa ser lésbica para ser feminista? - (blogueirasradicais.com)> Acesso em: 16 jun. 2023.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GONZAGA, P. & MAYORGA, C. (2019). Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39(n.spe 2), 59-73. https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712

HOBBES, Thomas. Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3. ed. São Paulo: AbrilCultural, 1983.

LAVINAS, Lena. “Gênero, cidadania e adolescência”. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11- 43.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado:** História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Flaviane Izidro Alves de.; et al. A influência da construção de papeis sociais de gênero na escolha profissional. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 33-50, jan./ jun.2017. ISSN: 1413-2060.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. Malleus Maleficarum: O martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020, p. 9-22.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Violência contra as mulheres**. Disponível em: < https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women > Acesso em: 19 jun. 2023.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PORTAL GELEDÉS. **Entenda as diferenças entre preto, pardo e negro**. 2013. Disponível em: < https://www.geledes.org.br/entenda-as-diferencas-entre-preto-pardo-e-negro/> Acesso em: 16 jun. 2023.

RECINE, E.; RADAELLI, P. **Alimentação e cultura**. 2002. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimentacao_cultura.pdf> Acesso em: 16 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUSA, R. F. Religiosidade no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, 27 (79), p. 285-288, 2013. Disponível em: 271-276.indd (scielo.br). Acesso em: 16 jun. 2023.

TAVARES, Márcia Santana. **Com Açúcar Sem Afeto:** a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. São Paulo, 2010.

THOMPSON, Denise. **Radical Feminism Today**. Londres: SAGE Publications, 2001.